

9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FRANCA – 17 DE ABRIL DE 2014.

Aos 17 dias do mês de abril de 2014 às oito horas, na Secretaria de Ação Social teve início a nona reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social sob a presidência da presidente e representante titular da Sociedade Civil representando as Organizações de Atendimento às Pessoas com Deficiência. Estiveram presentes na reunião **treze (13) conselheiros: cinco (5) do poder público e oito (8) da sociedade**

civil, sendo os seguintes conselheiros titulares: Mônica Costa Martins Vaz Ferreira, Dalva Deodato Taveira, Márcio Henrique Silva Nalini, Fernanda Barcelos Figueiredo Salomão, Elisa Francisconi, Ernestina Maria de Assunção Cintra, Denizar Hermógenes da Paixão, Selma Cristina Antoniette Badoco, Josiane Aparecida Antunes de Campos.

Conselheiros na titularidade: Adriana da Silva Bazon Porfírio, Raquel Costa Cândido Santiago, Clóves Plácido Barbosa, Aparecida das Dores Oliveira Schmidt Capela.

Conselheiros suplentes: José Carlos Gomes. **Com a seguinte pauta:** **Assuntos:**

Devolutiva do acompanhamento às entidades e unidades estatais; Parecer da

Comissão de Articulação Política – Projeto de Lei Orçamento Impositivo. Informes:

Renovação do Colegiado 2014 – Resolução 10/2014 de Candidatos Deferidos -

Assembleia Eleitoral- dia 24 de Abril – 8h30; **Diário Oficial do Município** – publicações oficiais no site www.franca.sp.gov.br. Tina iniciou a reunião cumprimentando os

presentes e em seguida solicitou a apresentação dos participantes que compareceram pela primeira vez na reunião. Dando seguimento apresentou a pauta, que foi aprovada

com a inserção de um novo assunto referente à pesquisa que será realizada pela Professora Dra. Andréia Aparecida Reis de Carvalho Liporoni, da Unesp. Na

sequência, a conselheira Elisa Francisconi e a Secretária Executiva Maria Amélia fizeram a leitura das atas da 7ª e 8ª reuniões do Conselho, respectivamente, que foram

aprovadas sem alterações. Tina passou ao primeiro assunto da reunião ressaltando a importância do trabalho realizado pelos conselheiros da comissão de

acompanhamento, fiscalização e controle social dos serviços socioassistenciais. Esclareceu que apesar de nem todos terem conseguido concluir as visitas, considera

ser importante a apresentação da devolutiva do que já foi realizado até o momento. Em seguida concedeu a palavra aos conselheiros da comissão para que fizessem a

exposição das observações e comentários sobre o acompanhamento realizado junto às entidades e unidades estatais. As conselheiras Josiane e Raquel Renzo concluíram o

trabalho de visitas às instituições que executam o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos a Criança e ao Adolescente. Josiane assinalou que na

maioria das entidades visitadas foi observado que a estrutura física ainda não está adequada no que se refere à acessibilidade para o atendimento à pessoa com deficiência. Com relação às formas de acesso ao serviço, foi apontado que na sua grande maioria é através de demanda espontânea e poucos são os encaminhamentos através dos CRAS. Destacou, porém, que se percebe um avanço na execução dos serviços de acordo com as orientações da Política de Assistência Social. Dando seguimento, Maria Amélia informou que as conselheiras Juliana e Solange que ficaram responsáveis pelo acompanhamento das entidades que desenvolvem o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de idosos, não puderam estar presentes na reunião. Comentou que as conselheiras realizaram duas visitas em entidades que executam esse serviço, sendo que o relatório já foi entregue na Secretaria Executiva, porém não foi apresentada nenhuma consideração sobre as visitas. Maria Amélia informou ainda que a conselheira Juliana, realizou a visita junto ao Serviço de Cadastro Único e apresentou o relatório no qual apontou como um ponto dificultador o fato do serviço estar instalado somente em um local, que apesar de ser em área central, dificulta o acesso dos usuários e a mesma sugeriu que sejam implantados núcleos de atendimentos descentralizados. Seguindo com as devolutivas, o conselheiro Cloves informou que ele e a conselheira Jane, ficaram responsáveis por realizar visitas às entidades que executam o Serviço de Proteção Social às Pessoas com Deficiências. O conselheiro afirmou que ele realizou apenas uma visita, na Entidade Caminhar, e considerando que a Jane não pôde comparecer à reunião, o mesmo preferiu adiar a apresentação dos comentários e considerações assim que concluírem as visitas. Dando seguimento, Maria Amélia, informou que ela e a conselheira Monica realizaram todas as visitas nas Entidades de Acolhimento de Idoso – ILPIs. Observou que a grande maioria das entidades demonstram dificuldades em relação à elaboração do Relatório de Atividades e do Plano de Trabalho de acordo com o roteiro proposto pela Resolução do CNAS nº 16/2010. Maria Amélia apontou que a maioria das entidades possui a infraestrutura adequada garantindo a acessibilidade, segurança e habitabilidade, apresentando apenas algumas situações pontuais de irregularidades, mas que não comprometem a segurança do idoso. Disse que em algumas instituições observa-se uma característica muito presente de atendimento da área de saúde (ambulatorial/hospitalar), inclusive nas equipes de profissionais (técnicos e auxiliares de enfermagem, fisioterapeutas, médicos e outros). Observou que em algumas entidades é notável a preocupação e o desenvolvimento de ações que garantam a autonomia e independência dos idosos, uma característica importante para preservar a

71 individualidade de cada um. A conselheira Monica também complementou as
72 informações destacando o aumento no número de atendimentos em instituições de
73 acolhimento e citou que a grande maioria das entidades preocupa-se em realizar ações
74 que promovam a preservação dos vínculos familiares, apesar das dificuldades
75 encontradas na efetivação dessa ação. Dando seguimento as conselheiras, Tina e
76 Selma, apresentaram suas observações referentes às visitas às instituições de
77 acolhimento de crianças e adolescentes. Com relação à estrutura física, Tina observou
78 que com a mudança de endereço, a Sociedade Espírita Legionárias do Bem, está com
79 a estrutura mais adequada; já o IJEPAM ainda não conta com espaço para realização
80 de reuniões e nem para os atendimentos da equipe técnica. Mencionou também a
81 importância da capacitação das equipes e até mesmo do Conselho Tutelar ao verificar
82 que são apontadas inúmeras dificuldades enfrentadas especialmente no que se refere
83 aos encaminhamentos das crianças e adolescentes em situações emergenciais.
84 Dando sequência, passou-se à devolutiva das visitas realizadas às unidades estatais.
85 Os conselheiros, José Fernando e Cida, realizaram as visitas aos 05 CRAS.
86 Destacaram que no geral os espaços físicos são bem modestos, ainda que alterações
87 e adequações positivas tenham sido feitas na maioria dos Cras. Ressaltaram a
88 situação crítica em termos de estrutura física do CRAS Sul, porém lembraram que há a
89 intenção de transferir o CRAS para o espaço da UBS, o que provavelmente vai
90 minimizar essa situação. Assinalaram que os CRAS têm feito um trabalho importante
91 de referenciamento nas regiões no campo da assistência social. Apontaram, todavia,
92 que faltam muitos profissionais que acabam fazendo o emergencial e o imediato da
93 política deixando de desenvolver, por exemplo, um acompanhamento mais próximo das
94 famílias e ou promovendo ações de articulação territorial. Cida destacou a necessidade
95 de realização de concursos e não outra forma de contratação, no sentido de ampliar
96 numericamente e qualitativamente os trabalhadores do SUAS, evitando-se o rodízio de
97 profissionais e a descontinuidade nos vínculos e no trabalho desenvolvido. Dalva
98 esclareceu que atualmente todos os profissionais dos CRAS são contratados por meio
99 de concurso público e não por outro vínculo empregatício, situação já regularizada há
100 mais de dois anos. Cida apontou também a importância de melhoria na comunicação
101 entre os gestores e trabalhadores, pois percebeu um distanciamento e até mesmo uma
102 queixa nesse sentido. Finalizando observou que considera que são poucas unidades
103 de CRAS diante da extensa dimensão territorial que cada um atende atualmente.
104 Seguindo com a devolutiva de acompanhamento às unidades estatais, Tina disse que
105 ela e Selma, realizaram a visita no Centro Pop e apontou que o local está bem

106 localizado, com uma estrutura física adequada, equipe de trabalhares completa e que o
107 grande desafio refere-se ao preconceito da população, com relação aos usuários, que
108 a unidade vem enfrentando desde que o serviço foi implantado. Observa-se que o
109 trabalho tem trazido resultados com a recuperação de vários usuários. Com relação ao
110 abrigo provisório, Tina lembrou que atualmente é gerenciado pela Casa de Acolhida
111 Filhos Prediletos, entidade inscrita recentemente no Conselho Municipal de Assistência
112 Social. Disse que por ocasião da inscrição, a entidade foi visita e o serviço executado
113 foi avaliado tendo sido apontadas algumas adequações a serem feitas, portanto achou
114 desnecessário realizar nova visita, considerando que a entidade precisa de um tempo
115 para adequar-se. Finalizando as apresentações, Tina sugeriu que as entidades que
116 ainda não foram visitadas que sejam priorizadas neste ano e Marcio propôs que seja
117 definido um cronograma com datas definidas para o acompanhamento deste ano.
118 Prosseguindo com a pauta, foi apresentada a proposta de parecer da Comissão de
119 Articulação Política, referente ao Projeto de Lei de Emenda à Lei Orgânica Municipal nº
120 02/2014 da Câmara Municipal de Franca. Márcio, da comissão de articulação política,
121 apresentou o parecer no qual o colegiado propõe que as referidas emendas sejam
122 alocadas nos respectivos Fundos Municipais das diversas Políticas Públicas ou no
123 caso das emendas serem destinadas diretamente às instituições em regular
124 funcionamento, sugere-se que sejam vinculadas à elaboração prévia de Plano de
125 Trabalho e Plano de Aplicação de Recursos, conforme a necessidade da Instituição
126 com a respectiva prestação de contas. O colegiado aprovou o Parecer apresentado
127 que será encaminhado à Câmara Municipal. O assunto seguinte referiu-se a pesquisa
128 da Professora da UNESP, Andrea Aparecida Reis de Carvalho Liporoni, que terá como
129 tema: “Os conselhos de políticas públicas da saúde e da assistência social na cidade
130 de Franca/SP: estudo sobre a ação dos assistentes sociais que atuam como
131 conselheiros”. Tina explicou que a professora a procurou para explicar sobre a sua
132 pretensão de realizar a referida pesquisa, e solicitou a manifestação dos conselheiros
133 quanto ao assunto. O colegiado não se opôs à realização da referida pesquisa, porém
134 Dalva observou que a decisão de participar da pesquisa é pessoal. Prosseguindo com
135 a pauta passou-se ao primeiro informe referente a Renovação do Colegiado 2014.
136 Maria Amélia lembrou que a Assembleia Eleitoral ocorrerá no próximo dia 24 e
137 apresentou a resolução de deferimento dos candidatos habilitados, ressaltando a
138 importância de participação dos conselheiros. No segundo informe, Maria Amélia
139 apresentou a notícia sobre a implantação do Diário Oficial do Município e informou que
140 todos os atos oficiais da Prefeitura e do conselho agora serão publicados neste

141 periódico e ficarão disponibilizados no site da prefeitura. Dalva solicitou a palavra para
142 apresentar mais dois informes. Informou que o Seminário “Reordenamento da Política
143 de Assistência Social em Franca: Caminhos e Desafios” está previsto para ser
144 realizado no próximo dia 20 de maio. Anunciou ainda que o Cadastro Nacional de
145 Entidades já está disponível e o Órgão Gestor está se organizando para iniciar o
146 preenchimento deste. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e a Ata foi
147 lavrada pela Secretaria Executiva do CMAS.